



Certificamos que o artigo

IMPACTOS DA INOVAÇÃO TECNOLÓGICA NA GESTÃO PÚBLICA: UM ESTUDO NO MUNICÍPIO DE SÃO FELIPE D'OESTE/RO

de autoria de

**Christiene Koike Cherri do Amaral;
Suely Freitas Santana de Ornelas;
Lívia Maria da Silva Santos.**

foi publicado na **Revistaft** em 27/10/2023

ISSN: 1678-0817 - Volume 27 - Edição 127 - Pág.04

DOI: <https://www.doi.org/Registro> 10.5281/zenodo.10048704

Dr. Oston Mendes
Editor

RevistaFT Científica | <https://revistaft.com.br>

ISSN: 1678-0817 | **CNPJ:** 48.728.404/0001-22

R. José Linhares, 134 - Leblon - Rio de Janeiro - RJ

IMPACTOS DA INOVAÇÃO TECNOLÓGICA NA GESTÃO PÚBLICA: UM ESTUDO NO MUNICÍPIO DE SÃO FELIPE D'OESTE/RO

[Administração, Ciências Da Computação, Volume 27 - Edição 127 OUT/23](#)
[SUMÁRIO / 27/10/2023](#)

IMPACTS OF TECHNOLOGICAL INNOVATION ON PUBLIC MANAGEMENT: A STUDY IN THE MUNICIPALITY OF SÃO FELIPE D'OESTE/RO

REGISTRO DOI: 10.5281/zenodo.10048704

Christiene Koike Cherri do Amaral¹

Suely Freitas Santana de Ornelas²

Lívia Maria da Silva Santos³

RESUMO

O objetivo da presente pesquisa é verificar os impactos das inovações tecnológicas adotadas pelo município de São Felipe D´Oeste, do Estado de Rondônia. A utilização de inovações tecnológicas no governo pode resultar em uma melhoria na prestação de serviços públicos, tornando-os mais eficientes, ágeis e acessíveis para os cidadãos. A adoção de tecnologias também pode aumentar a transparência na administração dos setores envolvidos, permitindo que a comunidade acompanhe, de forma mais detalhada, o uso dos recursos e participem ativamente no

processo de tomada de decisões. Além disso, podem resultar em uma série de ganhos, como a automação de processos e a utilização de ferramentas digitais, que podem levar a uma maior eficiência e economia de recursos, reduzindo a burocracia e otimizando a gestão de projetos. Esses avanços podem trazer, ainda, melhorias na área da saúde e educação. Outro benefício importante é a promoção da sustentabilidade e desenvolvimento econômico. Por meio da inovação e tecnologia, é possível adotar práticas sustentáveis, como o uso de energias renováveis e a gestão inteligente de recursos naturais; pode também impulsionar o desenvolvimento econômico, atraindo investimentos e fomentando a criação de empregos de alta qualidade. No entanto, é importante ressaltar que os impactos e benefícios podem variar conforme o contexto e as necessidades específicas de cada sociedade. A partir dos resultados desta pesquisa, pode-se observar que a tecnologia digital na gestão governamental veio para aproximar o cidadão às políticas públicas prestadas à sociedade. Dos setores que fazem uso dessas ferramentas, é possível observar que houve uma aceitação dos funcionários, população e gestores, na atribuição de uma administração transparente. Por isso, é fundamental realizar estudos e análises aprofundadas para identificar e maximizar esses impactos e benefícios, aplicando soluções tecnológicas adequadas e alinhadas às demandas da população.

Palavras-chave: Inovação. Tecnologia. Impactos. Gestão pública. São Felipe D´Oeste.

1. INTRODUÇÃO

No que diz respeito à inovação e tecnologia na gestão pública, existe integração de novas abordagens, ferramentas e tecnologias no âmbito governamental para melhorar a prestação de serviços públicos, a tomada de decisões e a interação com os cidadãos. A partir deste avanço nas últimas décadas, os governantes em todo o mundo têm percebido o potencial tecnológico como meios para o progresso social e econômico, com impactos e benefícios em prol da sociedade (COSTA, 2019).

Cidade digital é uma política pública urbana que vê nas tecnologias de informação e comunicação uma possibilidade para promover a inclusão digital, fomentar estratégias de governança, democratizar a participação da população e impulsionar o desenvolvimento urbano, como menciona Costa, em sua pesquisa no ano de 2019. Entende-se com esta pesquisa que se faz necessário a implantação da tecnologia digital não só para melhorar o sistema público, mas também, para expansão das informações.

É uma política pública que teve origem nos anos 1990, sendo implementada inicialmente nos Estados Unidos, Finlândia, Países Baixos e Japão. No Brasil, as experiências de cidades digitais são propostas por administrações locais que buscam modernizar o aparelho burocrático de estado, promover a inclusão digital e fornecer serviços públicos por meio de tecnologias digitais lançando as bases para o que hoje se entende por *smart city*. Como experiências de cidades digitais implementadas, tem-se as cidades de São Paulo, Porto Alegre, Palmas e Piraí. O ponto de partida é uma reflexão em torno do conceito de cidade digital segundo níveis, características e objetivos. Posteriormente, a análise recupera a trajetória de implementação da política de digitalização, identificando especificidades, debilidades e potencialidades (COSTA, 2019).

A importância desta mudança na gestão, abrange diversos aspectos, tais como a eficiência e produtividade, uma vez que pode otimizar os processos internos, reduzir a burocracia e melhorar a eficácia dos serviços prestados. Isso permite que os governos aumentem a produtividade e a satisfação dos cidadãos, bem como a transparência e a prestação de contas, possibilitando à gestoria municipal, aumento da clareza de suas ações e decisões, visto que os sistemas de dados com acesso livre, que permitem a disponibilidade das informações públicas de forma mais fácil, promovendo, assim, uma contabilidade positiva por parte dos órgãos públicos (COSTA, 2019).

Dentro deste contexto, a presente pesquisa tem como objetivo verificar os impactos das inovações tecnológicas adotadas pelo município de São Felipe D'Oeste, do Estado de Rondônia.

De acordo com Vries, Bekkers e Tummers (2015) e Silva, Ribas e Meza (2019), a introdução de inovações no setor público está relacionada à busca pelo aprimoramento dos serviços prestados à sociedade e ao aperfeiçoamento da gestão organizacional. Dessa forma, se faz necessário estudar as mudanças ocorridas na gestão dos municípios a partir da adoção de inovações tecnológicas, de modo a instigar o desenvolvimento e implementação de novos projetos.

2. REVISÃO DA LITERATURA

2.1. INOVAÇÃO E TECNOLOGIA NA GESTÃO PÚBLICA

Um item tão importante quanto à sociabilização digital, é a participação do cidadão, onde a inovação e tecnologia na gestão pública oferece novos canais para a participação do povo. Plataformas digitais e aplicativos permitem que a comunidade expresse suas opiniões, sugestões e preocupações, tornando o governo mais sensível às demandas da sociedade, onde a qualidade dos serviços e implementação do mundo digital, podem elevar a qualidade dos trabalhos públicos prestados, bem como o atendimento à população até o fornecimento de informações sobre as ações governamentais sejam sempre acompanhadas.

Já em contrapartida, a inclusão digital é o meio da acessibilidade de promover uma inclusão social moderna. Os governos podem alcançar comunidades carentes e áreas remotas, garantindo que todos tenham acesso igualitário a serviços e oportunidades.

As tomadas de decisões são baseadas em dados coletados e que permitem que os governantes tomem tais decisões mais sustentadas e convictas para adesão das políticas públicas embasadas no desenvolvimento econômico, pois a inovação e tecnologia na gestão

pública podem atender o desenvolvimento econômico ao criar ambientes compatíveis com o empreendedorismo, pesquisa e desenvolvimento, além de atrair investimentos em setores de alto valor agregado, englobando assim também uma sustentabilidade ambiental, pois a tecnologia também pode ser aplicada para solucionar desafios ambientais, promovendo ações de mitigação das mudanças climáticas, como exemplo (BOCIC, 2017).

A inovação e tecnologia não apenas modernizam o aparato governamental, mas também possibilitam ações mais ágeis, eficientes e próximos das necessidades da sociedade. No entanto, é importante abordar os desafios relacionados à segurança cibernética, privacidade de dados e garantir que a tecnologia seja utilizada de maneira ética e inclusiva para evitar a exclusão digital e social. Ao abraçar a inovação e a tecnologia, os governantes podem criar uma sociedade mais conectada, eficiente e participativa, beneficiando a todos os cidadãos (COGO, 2015).

Embora a inovação e a tecnologia na gestão pública promovam diversos impactos positivos e benéficos, também apresentam alguns problemas e desafios que precisam ser enfrentados, tais como exclusão digital, privacidade e segurança dos dados, resistência à mudanças, investimentos e orçamentos, efeitos colaterais não intencionais, desigualdades sociais, falta de capacitação e formação de funcionários, dependência tecnológica.

Dentre as justificativas para enfrentar essas problemáticas está a inclusão digital, que por sua vez é analisar e solucionar estes, onde investir em infraestrutura de tecnologia e promover programas de capacitação digital é a alternativa mais eficaz. Tem-se também a proteção de dados e privacidade, que em sua dimensão, estabelece leis e regulamentações sólidas para garantir a proteção adequada dos dados pessoais dos cidadãos e conformidade com as melhores práticas de segurança cibernética (ORTIZ, 2016).

Outro fator a ser considerado nesta temática de problemas é a capacitação e sensibilização, ou seja, treinamento e aperfeiçoamento unificado para os servidores públicos, que precisam estar aptos as tendências, em vertente a este surge o planejamento financeiro, o qual realiza uma análise dos cuidados de custos e benefícios da adoção tecnológica, além da avaliação contínua, que consiste em monitorar constantemente as influências das inovações tecnológicas na sociedade. Portanto, estas são as sensibilidades apresentadas a uma comunidade que adere a tecnologia da informação pública (ORTIZ, 2016).

O alcance que as novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) causarão em todas as organizações públicas de todo o país ainda é incerto, principalmente pelo fato de estarem a ser implementadas de forma acelerada em todos os níveis da administração pública, apoiadas por uma abordagem agressiva que ordena, por meio de documentos, a criação e implementação de meios eletrônicos para que o cidadão e o Estado possam interagir (ORTIZ, 2016).

Ao enfrentar essas problemáticas e abordar essas questões, os governantes devem garantir que a inovação e tecnologia na gestão pública sejam utilizados de forma ética, inclusiva e recompensada para toda a sociedade, permitindo assim, alcançar os reais sentidos positivos e benefícios que essas iniciativas podem oferecer. Apesar dos problemas, as justificativas para investir em inovação e tecnologia na gestão pública ainda são fortes. A implementação responsável e estratégica pode ajudar a enfrentar esses desafios e maximizar os benefícios para a sociedade. A busca por soluções inclusivas, seguras e bem iniciadas deve ser uma prioridade para os governantes, para que as novas inteligências administrativas contribuam para uma gestão mais eficiente, transparente e direcionada para o bem-estar dos cidadãos (ORTIZ, 2016).

Atualmente, as administrações possuem enormes volumes de informação em bases de dados fechadas, acessíveis apenas a um pequeno número de indivíduos ou organizações, gerando uma grande assimetria de

informação e atritos entre governos e cidadãos que podem minar a legitimidade democrática através do distanciamento entre administradores e geridos. A tecnologia e a cultura digitais, que se estabelecem incessantemente na sociedade, criando um mundo mais transparente e processos de criação mais participativos e colaborativos, são revistas como um elemento disruptivo do processo democrático (GARCIA, 2014).

Toda estrutura de informação é uma estrutura de poder. A hierarquia inerente a qualquer estrutura de poder cria uma pirâmide informacional; os setores mais afastados do topo são, ao mesmo tempo, os mais afastados da informação e da tomada de decisões. Portanto, se a informação não estiver disponível aos cidadãos, a sociedade poderá ficar exposta a um processo de alienação em relação às suas estruturas governamentais. Se os membros da sociedade não puderem exercer um controle operacional, orçamental ou financeiro adequado, e este for deixado exclusivamente nas mãos de órgãos de controle interno ou externo fechados e profissionais, ou se os cidadãos não puderem contribuir com os seus conhecimentos para a prestação, melhoria e inovação dos serviços públicos, existirá o risco de que o contrato social que une governantes e governados seja percebido como obsoleto, ilegítimo e defensor dos privilégios de uma classe política dominante (GARCIA, 2014).

Na última década, os cidadãos de todo o mundo têm valorizado mais a utilização da Internet, o que melhorou a confiança que a sociedade deposita nas tecnologias de informação e comunicação (TIC). A Internet, e a web 2.0 ou web social em particular, permitiu o mais alto nível de comunicação participativa global que a humanidade alguma vez conheceu. Seus benefícios parecem cada vez mais óbvios à medida que as pessoas ganham experiência e habilidade em seu uso. E à medida que a sua utilização cresce, a possibilidade de comunicação participativa global e intercultural num mundo conectado torna-se uma realidade (GARCIA, 2014).

A utilização de inovações tecnológicas no governo pode resultar em uma melhoria na prestação de serviços públicos, tornando-os mais eficientes, ágeis e acessíveis para os cidadãos. A adoção de tecnologias também pode aumentar a transparência na administração dos setores envolvidos, permitindo que a comunidade acompanhe, de forma mais detalhada, o uso dos recursos e participem ativamente no processo de tomada de decisões. Além disso, podem resultar em uma série de ganhos, como a automação de processos e a utilização de ferramentas digitais, que podem levar a uma maior eficiência e economia de recursos, reduzindo a burocracia e otimizando a gestão de projetos.

Esses avanços podem trazer, ainda, melhorias na área da saúde e educação. Na saúde, a tecnologia pode proporcionar benefícios como telemedicina, prontuários eletrônicos e uso de inteligência artificial para diagnósticos. Já na educação, permite acesso facilitado a conteúdos educacionais, plataformas de aprendizagem colaborativa e ensino à distância. Outro benefício importante é a promoção da sustentabilidade e desenvolvimento econômico. Por meio da inovação e tecnologia, é possível adotar práticas sustentáveis, como o uso de energias renováveis e a gestão inteligente de recursos naturais; pode também impulsionar o desenvolvimento econômico, atraindo investimentos e fomentando a criação de empregos de alta qualidade.

3. METODOLOGIA

A presente pesquisa se classifica como bibliográfica, tendo em vista a utilização de artigos para a construção dos aspectos teóricos, e se trata de um estudo de caso, visto que envolve a ideia de examinar um único caso internamente, sendo o caso o município de São Felipe D'Oeste, no Estado de Rondônia, que aderiu a alguns programas virtuais, sendo eles:

- Empresa Better Tech de softwares (Orçamentário, Financeiro, Gestão de Pessoas, portal transparência, prontuário eletrônico entre outros);

- LxSistema: Sistema Eletrônico de Informações – SEI municipal (protocolos, assinaturas e processos) e governamental;
- *Softwares* públicos livres dos programas do Governo Federal – Telemedicina, Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES; Sistema de Informação para Estados e Municípios – DigiSUS-Gestor; Sistema de Autenticação e Autorização – SAA; Sistema de plataforma GOV.BR; Sistema de Gestão do Programa Bolsa Família – SIGPBF; Sistema Informatizado de Levantamento de Dados do Censo Escola – EDUCASENSO; Programa de Inovação Educação Conectada – PDDE WEB/PDDE Interativo; Módulo de Acompanhamento e Validação do SIOPE – MAVS; Busca Ativa Escolar; Ambiente Virtual de Apoio à Educação Municipal – Conviva Educação; Sistema Presença – Desenvolvido pelo o Ministério da Educação com objetivo de acompanhar e monitorar a frequência escolar de estudantes beneficiários do Programa Bolsa Família.

Os últimos programas mencionados são de livre acesso à comunidade, bem como, de uso igualitário pelos servidores de cada setor do município. O acesso a esses programas se dá de acordo com a necessidade dos cidadãos.

Para a realização do estudo de caso foi aplicado um questionário com 10 perguntas aos funcionários (Servidores Ativos) da Prefeitura de São Felipe D'Oeste – RO, que ocupam as seguintes funções: Prefeito Municipal; Diretor de Divisão Municipal de Atendimento, Serviços e Organização Administrativa-GAP; Coordenador de Tecnologia e Prestação de Contas; Gerente de Tecnologia e Videomonitoramento; Diretor de Apoio a Convênios e Prestação de Contas e Superintendente Administrativo; Seção de Empenho Liquidação e Folha; Procuradoria Jurídica; e Assessor de Tecnologia e Informação.

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

De modo a atingir o objetivo da pesquisa, foi aplicado um questionário com os funcionários público ativos do município de São Felipe D'Oeste –

RO.

1) QUAIS OS APLICATIVOS/PROGRAMAS USADOS NOS SETORES?

A maioria dos aplicativos são Web, em que estão distribuídos em todos os setores, tanto interno (serviços administrativos) como externo (serviço ao cidadão) na prefeitura municipal. Tendo duas vias de serviços de softwares na gestão pública: particular contratada – Empresa Better Tech de softwares (Orçamentário, Financeiro, Gestão de Pessoas, portal transparência, prontuário eletrônico entre outros); LxSistema: Sistema Eletrônico de Informações – SEI municipal (protocolos, assinaturas e processos) e, governamental – softwares público livre dos programas do Governo Federal: Telemedicina, Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES; Sistema de Informação para Estados e Municípios – DigiSUS-Gestor; Sistema de Autenticação e Autorização – SAA; Sistema de plataforma GOV.BR; Sistema de Gestão do Programa Bolsa Família – SIGPBF; Sistema Informatizado de Levantamento de Dados do Censo Escola – EDUCASENSO; Programa de Inovação Educação Conectada – PDDE WEB/PDDE Interativo; Módulo de Acompanhamento e Validação do SIOPE – MAVS; Busca Ativa Escolar; Ambiente Virtual de Apoio à Educação Municipal – Conviva Educação; Sistema Presença – Desenvolvido pelo o Ministério da Educação com objetivo de acompanhar e monitorar a frequência escolar de estudantes beneficiários do Programa Bolsa Família, entre outros.

Ou seja, para tal acesso da população em sua forma geral e, nos mais variados programas de assistência, o município precisa estar adequado, ou mesmo, se adequando às tecnologias da informação.

2) HÁ QUANTO TEMPO ESTA PLATAFORMA DIGITAL ESTÁ EM USO?

Aproximadamente há quase 20 anos que iniciou os serviços de softwares da Empresa Better Tech na rede municipal de São Felipe D'Oeste – RO, sua implantação foi no período da gestão de 2002/2004, de lá para cá foram atualizando conforme as evoluções tecnológicas que surgiam. Já o

Sistema Eletrônico de Informações – SEI é recente, foi inserido em julho 2022.

Neste caso, o sistema digital, ou um dos primeiros modelos de sistema e com acesso para a população, foi aderida pela gestão, como citado e, que procede com de outros países, como menciona Costa, em sua pesquisa no ano de 2019.

3) HOUVE DIFICULDADES PARA ADERIR ESTE MODELO DE SISTEMA?

Não, porém em ritmo lento tanto físico quanto pessoal. Alguns funcionários tiveram demora em adaptar-se, mas a maioria se adaptara bem rápido. E com a pandemia do Covid-19 acelerou a necessidade de buscar mais recursos de Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) para executar várias atividades nos serviços públicos tanto interno como externo para atender a população. Aderir às tendências tecnológicas deve ser o passo primordial de toda e qualquer empresa, seja ela pública ou não, e a aceitação dos envolvidos também deve estar na mesma sintonia.

4) HOUVE RESISTÊNCIA DE FUNCIONÁRIOS PARA SE ADEQUAR A ESTE MODELO DE SISTEMA?

Em termo de maioria não, pois os funcionários no seu cotidiano já estão acostumados com os sistemas tecnológicos. E, acelerou o fluxo de trabalho e diminuir tarefas mecânicas nos setores públicos de nossa cidade.

A aceitação de qualquer modernidade é muito relativa e, varia de setor para setor, assim, como de pessoa para pessoa. Porém, o importante é se manter moderno em todos os sistemas.

5) O/S FUNCIONÁRIO/S PASSARAM POR CAPACITAÇÃO/TREINAMENTO PARA USO CORRETO DA PLATAFORMA DIGITAL?

Sim, durante o ano e sempre que têm inovações tecnológicas.

Não basta apenas ter e se adequar ao sistema digital; precisa-se também manter o sistema atualizado, para evolução das atividades de cada setor inserido no modelo digital.

6) PASSAM POR ATUALIZAÇÕES DE SISTEMA?

(x) sim () não () às vezes () quando precisa () nunca

Para que todo e qualquer trabalho seja concluído, é preciso manter atualizado o próprio sistema; apesar que, em casos muito raros e dependendo do modelo de tecnologia, ainda se tem alguns setores que, por motivos variados, não pagam pelas devidas atualizações ou, simplesmente, não querem, regredindo, então, o setor.

7) O SISTEMA DIGITAL POSSUI VALOR:

(x) mensal () anual () pacote (x) gratuito (pelo governo)

Para que possa ser utilizado o pacote de software, devem ser pagas taxas de iniciação, bem como mensalidades; dependendo do pacote, é paga a anuidade, para que possam ser utilizados corretamente; porém, alguns gestores utilizam programas piratas e, devido a isso, o uso desta ferramenta se torna taxativa de janelas de propaganda de novos pacotes e valores para tais; cabe aos superiores manterem sempre um sistema seguro, visando à política correta.

8) A POPULAÇÃO TEM CONHECIMENTO?

Sim, elas utilizam em partes: Portal de Transparência, Nota Online, entre outros serviços disponíveis no Portal da Prefeitura Municipal. E sempre há divulgação nas redes sociais da Prefeitura Municipal de São Felipe D'Oeste através do Facebook (<https://www.facebook.com/saofelipe.ro.gov>) e grupos de WhatsApp das Secretaria de Saúde, educação e Assistência Social.

Deixar claro para o cidadão de seus direitos é fundamental para um governo transparente; contudo, a população precisa também fazer sua parte, que é o uso deste direito.

9) A SOCIEDADE TEM ACESSO?

Sim, no Sistema de Processo WEB a população pode abrir uma demanda online através do site da Prefeitura Municipal de São Felipe D'Oeste (<https://www.saofelipe.ro.gov.br>). E também no Portal Transparência (<https://transparencia.saofelipe.ro.gov.br/>), o cidadão ao acessar terá as informações tais com OUVIDORIA – FalaBR; Acesso a informação – e-SIC; Educacional – Pais e Alunos, Secretária Escolar, Diário dos Professores; Serviços – Tributos Web, Web Social Saúde, Emissão de Nota Fiscal entre outro.

As **Figura I, II, III e IV** são ilustrações das plataformas de acesso à comunicação do Município de São Felipe D´Oeste/ RO.



Fonte: <https://transparencia.saofelipe.ro.gov.br/portaltransparencia/>.

15/09/2023.

Logo, uma administração que seja transparente e comunicativa, deixa a comunidade satisfeita com seus feitos, ou seja, o acesso aos trabalhos realizados pela prefeitura, e o funcionário que bem atende a população faz com a cidade seja vista com bons olhos e demonstra um avanço em todos os segmentos envolvidos.

10) COM QUE FREQUÊNCIA A POPULAÇÃO USA E QUAL É MAIS USADO?

O rastreamento de fluxo mostra que passam mais de 1000 pessoas diariamente pelo site da Prefeitura Municipal de São Felipe D'Oeste.

Fica claro, portanto, que a atual gestão do município estudado atende a sua comunidade de uma forma clara e coesa.

A partir das respostas, pode-se observar que a tecnologia digital na gestão governamental veio para aproximar o cidadão às políticas públicas prestadas à sociedade. Dos setores que fazem uso dessas ferramentas, é possível observar que houve uma aceitação dos funcionários, população e gestores, na atribuição de uma administração transparente. A implementação de inovação e tecnologia na gestão pública tem a sua importância, pois permite que as autoridades avaliem o progresso, bem como identifiquem oportunidades de melhoria e tomem decisões informadas com base em evidências observadas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do trabalho realizado, foi possível entender a necessidade das ferramentas tecnológicas, assim como a funcionalidade de cada sistema operacional na inovação e tecnologia na gestão pública. É importante destacar a importância de uma abordagem estratégica para a implementação e avaliação contínua, bem como considerar tanto os benefícios quanto os possíveis impactos da adoção de tais tecnologias.

Todavia, os governantes devem garantir que a inovação e tecnologia na gestão pública sejam usufruídas de maneira ética, inclusiva, por meio de operações limpas e transparentes, respeitando os aspectos ambiental e econômico.

A necessidade do uso da tecnologia veio não só para agregar à geração de novas inteligências administrativas, como também, no avanço de processos gerados pela e para a população em seu geral. A população precisa manter-se atualizada e informada, mas é preciso saber usar a

informação que é proporcionada. Isso contribui para uma gestão mais eficiente, transparente e direcionada para o bem-estar dos cidadãos.

REFERÊNCIAS

BOCIC, P. E.; G., J. G. Capital informacional como condição da inclusão digital: uma análise exploratória. **Psicología, Conocimiento y Sociedad**, v. 7, n. 2, nov. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.edu.uy/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1688-70262017000200025&lang=es>. Acesso em: 18 jul. 2023.

COGO, D.; DUTRA-BRIGNOL, L.; FRAGOSO, S. Práticas cotidianas de acesso às TIC: outro modo de compreender a inclusão digital. **Palabra Clave**, v. 18, n. 1, jan./mar. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0122-82852015000100007&lang=es>. Acesso em: 09 jun. 2023.

COSTA, A.; EGLER, T.; CASELLAS, A. Política urbana de inovação tecnológica: experiências de cidades digitais no Brasil. **Finisterra – Revista Portuguesa de Geografia**, n. 110, abr. 2019. Disponível em: https://www.scielo.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0430-50272019000100006&lang=es. Acesso em: 09 jun. 2023.

GARCIA, J. G. Gobierno abierto: transparencia, participación y colaboración em las Administraciones Públicas. **Innovar Journal**, v. 24, n. 54, out./dez. 2014. Acesso em: <<http://www.scielo.org.co/pdf/inno/v24n54/v24n54a06.pdf>>. Acesso em 08 set. 2023.

ORTIZ, J. A. B. La Relación de Responsabilidad entre el Estado y los Proveedores de Servicios de Telecomunicaciones. **Prolegómenos**, v. 19, n. 37, jan./jun. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0121-182X2016000100004&lang=es>. Acesso em 18 de jul. 2023.

SILVA, M. V. G.; RIBAS, J. A. N.; MEZA, M. L. F. G. Inovação nas Organizações Públicas: análise das ações premiadas pela Enap. **Desenvolvimento em Questão**, v. 17, n. 46, jan./mar. 2019. Disponível em: <<https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/6706>>. Acesso em: 10 set. 2023.

VRIES, H.; BEKKERS, V.; TUMMERS, L. **Inovação No Setor Público: Uma Revisão Sistemática e uma Agenda de Pesquisa Futura**. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/padm.12209>. Acesso em: 10 set. 2023.

¹Discente do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia, e-mail: christienecherri@gmail.com

²Discente do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia, e-mail: suelyfsantana1@gmail.com

³Docente do Curso Superior de Ciências Contábeis da Fundação Universidade Federal de Rondônia, *Campus* Porto Velho. Doutora em Ciências Contábeis (PPGCC/UFPB). e-mail: livia.santos@unir.br

[← Post anterior](#)

[Post seguinte →](#)

RevistaFT

A **RevistaFT** têm 28 anos. É uma **Revista Científica Eletrônica Multidisciplinar Indexada de Alto**

Contato

Queremos te ouvir.
WhatsApp RJ:

Conselho Editorial

Editores
Fundadores: